



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA ALCANHÕES

### ATA Nº01 / 2021-2025

Ao vigésimo dia do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Alcanhões, convocada pelo Edital número um do quadriénio 2021-2025, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação e votação da adesão da Freguesia à Central de Compras Electrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE-CIMLT); -----
- 2 - Apreciação e votação da proposta de revogação do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências (CIA) entre o Município de Santarém e a Freguesia de Alcanhões; -----
- 3 - Apreciação e votação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para 2022; -----
- 4 - Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para 2022; -----
- 5 - Apreciação e votação da Tabela de Taxas; -----
- 6 - Apreciação da informação escrita do Presidente de Junta acerca da atividade da Freguesia e respetiva situação financeira – Relatório Consultoria Trimestral; -----
- 7 - Outros assuntos de interesse para a Freguesia. -----

À hora marcada, o Presidente da Mesa, Sr. Pedro Melro, saudou o Executivo, a mesa da Assembleia, elementos da Assembleia e o público presente e desejou um bom mandato a todos. A Mesa ficou constituída pelo Sr. Pedro Melro, Presidente da Mesa da Assembleia, Sra. Patrícia Gomes, primeira Secretária e Sra. Ana Inês, segunda Secretária, sendo a restante Assembleia composta pelo Sr. Pedro Rui Branco, Sra. Filipa Melro, Sra. Ana Montês, Sra. Leonor Fonseca, Sr. Henrique Soares e Sr. Carlos da Silva. O Executivo marcou presença com os seus três membros, Sr. Pedro Mena Esteves, Presidente, Sr. Luís Justino, Tesoureiro e Sra. Cristina Araújo, Secretária. -----

O Presidente da Mesa deu início à Assembleia, lendo aos presentes os vários pontos da ordem de trabalhos conforme o Edital. -----

Aberta a sessão, passou-se à discussão do ponto número um, apresentado pelo Presidente do Executivo, que começou por cumprimentar todos os presentes e manifestou a vontade do Executivo em aderir à CCE-CIMLT e em celebrar o contrato administrativo dirigido a esse efeito, adesão que torna a aquisição de equipamentos mais acessíveis, nomeadamente para a compra de software de faturação, ressalvando que a mesma não tem custos para a freguesia. Tomou a palavra a Sra. Leonor Fonseca que colocou em causa a referida adesão, pela mesma não ser constitucional e que essa adesão devia ser feita pelo Município. O Sr. Luís Justino explicou que o ponto número um, descrito no edital, detinha um erro de secretaria e que com a concordância de todos se iria retificar o referido ponto, colocando-o em conformidade com os documentos apresentados aos membros da Assembleia de

Freguesia. O Sr. Pedro Melro explicou que o que fundamentou o ponto número um foi o documento e que no mesmo, o assunto está claro, a adesão da freguesia de Alcanhões à CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CCE-CIMLT), o que não impediu que tenha existido um erro em termos de edital. O Sr. Pedro Mena Esteves propôs uma alteração ao edital, devidamente fundamentada de acordo com o documento e que estabeleça a adesão à CCE-CIMLT. De seguida a Sra. Filipa Melro questionou, o Executivo, se ao se aderir à CCE-CIMLT, as compras de bens essenciais indispensáveis à Junta de Freguesia realizadas aos comerciantes e empresas locais ficarão comprometidas. Ao que a Sra. Cristina Araújo explicou que a adesão é prioritária para a aquisição de um pacote de faturas eletrónicas. O Sr. Pedro Rui Branco solicitou ao Executivo que explicasse melhor as razões da adesão à CCE-CIMLT e, que de acordo com a sua análise ao documento, considerou que a mesma não se limita apenas para a compra de um software de faturação eletrónica. O Presidente do Executivo esclareceu que ao se aderir à CCE-CIMLT não se pretende fazer a aquisição de equipamentos a outras entidades fora da freguesia e, de acordo com a informação disponibilizada pela empresa de consultadoria, a adesão prende-se apenas com a cobrança das faturas da Empresa Águas de Santarém que constituem uma receita para a freguesia. O Sr. Pedro Melro referiu que a questão da faturação eletrónica será um requisito e que a CCE-CIMLT será um facilitador para se chegar a um fim, nomeadamente a aquisição de faturação eletrónica. Após a discussão do ponto um, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por quatro abstenções e cinco votos a favor. -----

Relativamente ao ponto dois, o Sr. Presidente do Executivo propôs a revogação do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências (CIA) entre o Município de Santarém e a Freguesia de Alcanhões, em virtude da oportunidade única, de aquisição de um terreno urbano localizado no centro da Vila de Alcanhões para a criação de um parque de estacionamento e zona de lazer para benefício público. A aquisição deste prédio urbano destina-se a servir a população em geral e em específico o comércio local e serviços localizados. Pretende-se com a aquisição do terreno solucionar um dos maiores problemas existentes que é a circulação rodoviária condicionada, em particular junto da Rua Paulino da Cunha e Silva, pelo estacionamento incorreto e abusivo, estreitando o espaço disponível para a correta circulação de veículos e pessoas. Pelo exposto, foi entendimento do Executivo que seja aprovada a presente proposta de revogação pela Assembleia de Freguesia, para que se torne possível a libertação da verba para a rubrica criada “Aquisição de Terrenos”. Tendo em conta a aprovação das intervenções na via pública entre o Município e a Freguesia, no valor de cento e vinte e cinco mil euros e pelas razões apresentadas, o Executivo pretendeu a revogação do mesmo a favor da “Aquisição de Terrenos”. Feita a apresentação do Ponto dois, o Sr. Pedro Mena Esteves, colocou à consideração dos membros da Assembleia o respetivo ponto. A Sra. Leonor Fonseca questionou o valor da compra, ao que o Sr. Pedro Mena Esteves esclareceu que um dos prédios urbanos poderá ser adquirido por setenta e cinco mil euros, de acordo com a avaliação externa feita por um Técnico inscrito na Comissão de Valores de Mercados Mobiliários (CMVM), outro prédio urbano poderá vir a ser adquirido por vinte e cinco mil euros, tendo o Executivo esse valor como limite, e possivelmente, outro prédio urbano no valor de quinze mil euros. A Sra. Leonor Fonseca questionou se o valor de cento e sete mil euros, definidos na rubrica, correspondem ao valor total da aquisição dos prédios urbanos, ao que o Sr. Pedro Mena Esteves explicou que a possibilidade de compra do terceiro terreno surgiu após a elaboração do orçamento, sendo este um valor meramente indicativo. A Sra. Leonor Fonseca considerou que a construção de passeios na Rua Gil Conceição Escape e rua D. Duarte de Almeida foram obras exigidas no anterior mandato, sendo que o dinheiro disponibilizado pelo Município foi para estas obras e questionou se as mesmas serão mais tarde consideradas pelo Executivo. Tomou a palavra o Sr. Pedro Rui Branco que reforçou a necessidade da construção dos passeios nas referidas ruas, questionando o Executivo se, durante este mandato, tem intenção de voltar a esta obra. Questionou também se o Executivo tem previsão do valor total da obra

para a criação do referido parque de estacionamento e zona de lazer para benefício público. Pediu esclarecimentos sobre a relação comercial entre o Presidente do Executivo e a imobiliária envolvida na venda dos prédios. O Sr. Pedro Melro esclareceu o Sr. Pedro Rui Branco que a imobiliária, da qual o Sr. Presidente do Executivo é Sócio-Gerente, não tem qualquer ligação à aquisição dos prédios urbanos. O Sr. Pedro Mena Esteves garantiu que se os prédios urbanos forem adquiridos pela Junta de Freguesia, a sua empresa de Mediação Imobiliária não terá qualquer relação comercial com a venda dos mesmos, nem terá benefícios da respetiva venda. Afirmou, ainda, que a obra da construção dos passeios não será abandonada por este Executivo. O Sr. Pedro Rui Branco reforçou que lamenta o abandono da construção dos passeios. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia referiu que embora não esteja no Regimento, pediu a concordância de toda a Assembleia para que o público possa intervir no ponto em discussão. O Sr. José Oliveira, membro do público, deu os parabéns ao Executivo pela coragem de ter assumido o referido projeto, mas lamenta a revogação da obra de construção dos passeios. Após a discussão do ponto dois, o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por quatro abstenções e cinco votos a favor. Após a votação, o Sr. Pedro Rui Branco fez questão que sua votação seja entendida como uma intenção de voto, não votou contra o projeto, mas sim absteve-se pela revogação do contrato. -----

No que se refere ao ponto três, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Luís Justino que passou a explicar que o orçamento se divide em duas partes, Receitas e Despesas, nomeadamente, Receitas Correntes e Receitas de Capital, Despesas Correntes e Despesas de Capital. O Executivo da Junta de Freguesia de Alcanhões apresentou para o ano de dois mil e vinte e dois um orçamento no valor de trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos tendo sido aprovado na reunião do Órgão Executivo, a vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um. A realização do orçamento cumpriu todas as regras orçamentais, tal como o princípio do equilíbrio onde as receitas correntes são iguais ou superiores às despesas correntes. Apresentou ainda o Plano Plurianual de Investimento para o ano de dois mil e vinte e dois, discriminando todas as rubricas que o constituem e justificando os respetivos valores. Face ao exposto, o Sr. Pedro Rui Branco referiu que o orçamento apresentado é muito alto, dos mais altos de sempre, desde dois mil de dezassete. Questionou também qual dos membros do Executivo iria beneficiar do Diploma, aprovado pelo Sr. Presidente da República, que permite à Junta de Freguesia ter um autarca a meio tempo, tendo direito a metade do salário que teria a tempo inteiro. O Sr. Luís Justino justificou que a existência de uma maior despesa corrente ocorre do facto de existir uma maior receita corrente, sendo o objetivo deste Executivo vir aumentar todas as receitas e despesas, porque o aumento das mesmas reflete uma movimentação financeira e investimento na freguesia. O Sr. Pedro Mena Esteves esclareceu que será o próprio a receber o apoio direto do Estado relativo ao meio tempo, e em relação à elaboração do orçamento, a mesma teve como base o orçamento de dois mil e dezanove (ano pré-pandemia), sendo um orçamento ambicioso que prevê a realização da Festa do Vinho e Feira de Santa Marta e que irá beneficiar toda a freguesia. A Sra. Leonor Fonseca perguntou se o investimento irá ser todo concretizado, se a receita irá ser toda recebida em dois mil e vinte e dois e ainda se o Executivo irá continuar a amortizar a dívida às Águas de Santarém. O Presidente do Executivo esclareceu que a amortização da dívida às Águas de Santarém será sempre uma prioridade. Quanto à dúvida entre a diferença do valor da receita de capital e da despesa de capital, esta prende-se com o valor que o Município irá atribuir à freguesia perante apresentação de despesa aplicada em obras. Referiu ainda que na despesa de capital consta o valor que falta liquidar da obra do muro do Alto do Celeiro. Após a discussão do ponto três, o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por quatro abstenções e cinco votos a favor. -----

No ponto quatro, o Sr. Pedro Mena Esteves referiu que o Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e dois se mantém conforme os anos anteriores, uma Assistente Técnica e uma Assistente Operacional para

os Serviços Administrativos e dois Assistentes Operacionais para Serviços Exteriores. Após a apresentação do ponto quatro, o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

No que concerne ao ponto cinco, apreciação da Tabela de Taxas para dois mil e vinte e dois, o Presidente do Executivo referiu que a única alteração a registar será a taxa aplicada em “Cemitério - concessão de terrenos para sepultura perpétua”, passando o valor a ser de mil euros. A Sra. Leonor Fonseca constatou, na rubrica apresentada no Orçamento, que o Executivo prevê conceder a venda de três terrenos para sepultura perpétua. Dado confirmado pelo Sr. Pedro Mena Esteves que passou a explicar que dada a lotação do Cemitério existe a necessidade de rentabilizar os gavetões, pouco utilizados e construção de novos. O Sr. Henrique Soares questionou o Executivo se já ponderou alguma solução para o grave problema de sobrelotação do Cemitério, ao que lhe foi respondido que estão a ser ponderadas várias opções e o mesmo será exposto em reunião com o Município. Após a discussão do ponto cinco, o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado com uma abstenção e oito votos a favor. -----

Relativamente ao ponto seis, Apreciação da Informação escrita do Presidente de Junta acerca da atividade da Freguesia e respetiva situação financeira – Relatório Consultoria Trimestral, o Sr. Luís Justino referiu que o relatório financeiro, elaborado por uma empresa de consultoria externa, demonstrou uma execução orçamental da despesa e os compromissos assumidos e não pagos. Referiu também que existiu uma evolução no equilíbrio das Operações de Tesouraria. Realizada a apreciação do Relatório Consultoria Trimestral, o Sr. Pedro Mena Esteves apresentou à Assembleia de Freguesia a informação escrita das atividades desenvolvidas no período de dezanove de outubro até à presente data, das quais mencionou as que considerou mais relevantes: 1 - Arruamentos, Espaços Públicos e Edifícios Públicos: Limpeza/Reparações/Manutenção - foi efetuada pintura interior no edifício da Junta de Freguesia; uma limpeza geral na secretaria da Junta de Freguesia; limpeza e corte de ervas nas ruas da freguesia; limpeza e corte de ervas no edifício da Casa das Coletividades (o muro de suporte ao parque irá ser intervencionado pois corre o risco de ceder, a casa apresenta alguns gastos avultados e necessita de alguns arrumos de forma a ser rentável); aplicação de produtos fitofármacos nas ruas da freguesia e cemitério; limpeza geral no cemitério, remoção de entulhos e outros resíduos; preparação do Cemitério para a solenidade de fiéis defuntos com colocação de flores da época nas floreiras existentes; pequenos trabalhos e limpeza no JI e na EB1; limpeza na Casa das Coletividades e divulgação da sua utilização a privados. 2 – Reuniões/Visitas/Outras Atividades: foram efetuadas diversas reuniões com os funcionários da secretaria da junta, assim como do serviço exterior; reunião/visita em Alcanhões com o Eng. Osório do GAF; reunião com os proprietários dos prédios urbanos situados no centro da vila; reunião em Alcanhões com o Sr. Vereador Nuno Russo, onde foram abordados assuntos do seu pelouro e de interesse para a Freguesia; reunião em Alcanhões com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves, onde foram abordados assuntos gerais de interesse para a Freguesia; participação em diversas reuniões com os serviços camarários; participação em diversas reuniões com entidades privadas; reunião com o Senhor diretor da Rodotejo (previsão de construção de uma paragem junto à Quinta dos Cágados); foi efetuado um acompanhamento diário de todos os trabalhos realizados pelos funcionários; foi feito um atendimento presencial aos nossos fregueses; foi efetuado um levantamento das necessidades mais urgentes da freguesia e encaminhadas para os serviços competentes; foram analisados os contratos de serviços existentes com a Junta de Freguesia e foram efetuados efeitos de Natal na Praça Glauco de Oliveira e na sede da Junta de Freguesia e Mercado. 3 - Eventos/Apoios: presença no aniversário da Associação de Caçadores de Santa Marta; presença no Festival Nacional de Gastronomia; presença no evento semana aberta, organizado pelo Agrupamento de Escuteiros; apoio às atividades promovidas pelo Agrupamento de Escuteiros e foi retomada a organização do Mercadinho de Natal.

4 – Aquisição de Equipamentos/ Manutenção dos Equipamentos: aquisição de um compressor; reparação de roçadoras; reparação da máquina de curar. 5 - Outros assuntos de interesse: identificação e resolução do ninho de Vespa Asiática e foi solicitado a um perito qualificado a avaliação do prédio urbano da família Soares Lopes. -----

No ponto sete, outros assuntos de interesse para a freguesia, a Sra. Ana Montês questionou o Executivo se foram pensadas algumas ações no plano ambiental e ecológico, ao que o Sr. Pedro Mena Esteves respondeu que será pretensão do Executivo requalificar alguns pontos estratégicos da freguesia, nomeadamente projeto para melhoramento de fontanários e ribeiros, aquisição e colocação de papeleiras, com a comparticipação do programa APOIAR. Referiu também que uma das suas preocupações será as descargas das Águas de Santarém junto à Fonte do Betão, assunto este já apresentado ao Município. O Sr. Pedro Rui Branco perguntou se o Regimento da Assembleia de Freguesia pode vir à Assembleia para ser melhorado, ao que o Sr. Pedro Melro explicou e convidou um membro de cada partido com assento na Assembleia para revisão e discussão de novos pontos. O Sr. Pedro Rui Branco pediu esclarecimentos sobre o processo litigioso da funcionária Sra. Délia Caixinha, ao que lhe foi respondido, pelo Presidente do Executivo, que a pessoa em questão está intransigente e que se deveria ter apresentado ao serviço da Junta de Freguesia no passado mês de maio e qualquer assunto relacionado com esta funcionária está a ser tratado com os respetivos advogados. Esclarecidas as questões anteriores, o Sr. Pedro Mena Esteves informou os presentes da necessidade de nomear um representante para a Comissão da Juventude, sugerindo o nome de Inês Mena Esteves, ao qual a Assembleia concordou por unanimidade. Seguidamente, o Sr. Henrique Soares enalteceu a celeridade na colocação da foto do anterior Presidente do Executivo, alertou para a degradação do muro da Fonte de Santa Marta e questionou sobre o prazo previsto para a conclusão das obras de requalificação da Escola Básica (E.B.) de Alcanhões e ainda interrogou se a paragem de autocarros na Rua das Amoreiras teria sido extinta. O Sr. Pedro Mena Esteves informou que as obras na E.B. estão atrasadas e que o prazo de conclusão estará previsto para fevereiro. Relativamente à paragem na Rua das Amoreiras, desconhecia a situação relatada e irá questionar a Rodotejo. Quanto à degradação do muro da Fonte de Santa Marta, o Executivo tem conhecimento da situação e a sua requalificação faz parte de um dos objetivos do Executivo. O Presidente da Mesa de Assembleia questionou os presentes se teriam mais alguns assuntos de interesse a debater. A Sra. Inês Mena Esteves agradeceu a confiança depositada na sua pessoa. -----

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido aprovado. -----

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia agradeceu, por fim, a cordialidade dos membros da Mesa e restantes Membros da Assembleia e deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada por todos os membros presentes. -----

-----

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

